



CAPACITISMO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Danilo Pereira Cavalcante¹
Ruth da Silva Lima²
Izabeli Sales Matos³

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a Educação Física escolar ainda é influenciada por tendências pedagógicas que privilegiam a superioridade física, como é o caso da abordagem esportivista, a qual, historicamente, exclui aqueles que fogem dos padrões considerados “normais”. Um dos grupos que sofrem de maneira significativa com essa marginalização são as pessoas com deficiência, que enfrentam atitudes preconceituosas baseadas em suas capacidades físicas e intelectuais. Tal processo de desvalorização e desqualificação é denominado capacitismo, uma forma de opressão estrutural que relega as pessoas com deficiência a um lugar de inferioridade, tanto no âmbito escolar quanto na sociedade em geral. Conforme argumenta Campbell (2001), o capacitismo é enraizado em padrões idealizados de corpo perfeito, os quais são reproduzidos socialmente e reforçam a exclusão daqueles que não se encaixam nesses moldes.

No campo da Educação Física escolar, esses padrões se manifestam através de abordagens pedagógicas que não contemplam as particularidades dos estudantes com deficiência, resultando em práticas discriminatórias. Problemas como o abandono docente, a falta de formação adequada dos professores, bem como a adoção de tendências pedagógicas que não consideram as realidades dos educandos, são apontados na obra "Desafios da Educação Física Escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF" e estes fatores podem colaborar para o enraizamento do capacitismo estrutural.

Além disso, a lei 13.146 (BRASIL, 2015), em seu artigo 88, tipifica a discriminação de pessoas com deficiência e para o professor não incorrer no crime supracitado o docente deve intervir para prevenir e coibir atos discriminatórios, reafirmando a responsabilidade docente na criação de um ambiente inclusivo. O não cumprimento dessas diretrizes configura uma violação dos direitos das pessoas com deficiência, reforçando a perpetuação do capacitismo nas aulas de Educação Física.

¹ Mestrando do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Ceará - UFC, danielopc1604@gmail.com;

² Especialista em Educação Inclusiva e Práticas Pedagógicas em AEE pela Faculdade do Maciço de Baturité - FMB, ruthslima@yahoo.com.br;

³ Mestre em Educação da Universidade Estadual do Ceará – UECE, izabelimts@gmail.com



Ao analisar o panorama delineado, emergem reflexões profundas que demandam atenção rigorosa. Entre elas, destacam-se questões cruciais: quais são os desafios enfrentados pela Educação Física no processo de construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, que impeça a reprodução do capacitismo? De que modo as estruturas epistemológicas e históricas associadas ao capacitismo têm perpetuado sua manutenção nas aulas de Educação Física? Ademais, revela-se imperativo investigar como o capacitismo se manifesta nas práticas pedagógicas e nas interações em contexto escolar, impactando diretamente a inclusão e o desenvolvimento integral dos estudantes com deficiência? Essas questões são fundamentais para o debate contemporâneo sobre a inclusão e o combate ao capacitismo na Educação Física escolar.

Portanto, a presente pesquisa tem o escopo de analisar os desafios da Educação Física escolar relacionados ao capacitismo de discentes com deficiência nas aulas. Seus objetivos específicos consistem em: explicitar epistemologicamente o conceito de capacitismo e os fatores históricos que contribuíram para sua consolidação nas práticas educativas do componente curricular de Educação Física; identificar e dialogar sobre situações em que os professores devem intervir de forma a evitar práticas capacitistas.

Apesar dos avanços normativos, como a Lei 13.146/2015, as práticas capacitistas permanecem recorrentes na Educação Física, evidenciando a insuficiência dos marcos legais para erradicar abordagens excludentes. A falta de formação docente especializada e a resistência à renovação pedagógica perpetuam a marginalização de estudantes com deficiência. Portanto, é de suma importância a promoção de intervenções políticas e pedagógicas contínuas, de modo a impedir o enraizamento do capacitismo e transformar a inclusão de um ideal abstrato em realidade concreta nas ações escolares

METODOLOGIA

Metodologicamente, o presente estudo apoia-se em uma pesquisa documental, que incluiu a análise da Lei nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

Além disso, foi realizada uma revisão bibliográfica, englobando obras que dialogaram com a temática do capacitismo no âmbito da Educação Física escolar, como a obra “Disability: the basics. New”, o livro "Desafios da Educação Física Escolar: temáticas da formação em serviço no ProEF", entre outras referências relevantes à área.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, com base na análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), em virtude da adequação desse método para a investigação de fenômenos sociais complexos e estruturais, como o capacitismo. Esse procedimento metodológico permitiu o estabelecimento de um diálogo profícuo entre o referencial teórico e a vivência profissional dos autores que são professores de Educação Física e atuam no



atendimento educacional especializado de pessoas com deficiência,, desta maneira foi possível uma melhor compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pela Educação Física no que se refere a inclusão de estudantes com deficiência.

Com efeito, o estudo abordou tanto os aspectos conceituais e históricos que fundamentam o capacitismo direcionado a pessoas com deficiência, quanto as manifestações desse fenômeno nas práticas pedagógicas e nas interações docentes durante as aulas de Educação Física.

REFERENCIAL TEÓRICO

O capacitismo resulta de contextos sociais historicamente construídos, que perpetuam essa forma de violência na contemporaneidade. Compreender a evolução dos modelos de percepção da deficiência é essencial para promover uma transformação em uma realidade marcada pela marginalização.

Neste diapasão, pode ser observado nos estudos de Shakespeare, que o modelo médico foca nas limitações individuais e propõe cura ou reabilitação, enquanto o modelo social aponta que as barreiras enfrentadas por pessoas com deficiência decorrem da falta de acessibilidade e da exclusão social, e não apenas da condição física, sensorial ou mental (2018).

Ressalta-se que o capacitismo é moldado por uma cultura que não reconhece as diferenças como fator intrínseco à natureza humana. O modelo médico reforça a busca por "cura" e "normalização", contribuindo para a marginalização dos corpos com deficiência (Shakespeare, 2018).

Ratifica-se assim, que o capacitismo é, assim, um sistema de opressão que hierarquiza vidas humanas com base nas diferenças corporais (Brasil, 2024). Conforme a Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, tal opressão compromete a dignidade e impede a plena participação social dessas pessoas, perpetuando sua marginalização. Além disso, o fenômeno manifesta-se em diversos níveis, desde atitudes veladas até práticas institucionais enraizadas, como poderá ser constatado na próxima secção

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Física escolar, ao longo de sua trajetória histórica, foi marcada por tendências e abordagens que, de maneira discriminatória, excluía pessoas com deficiência. Tal realidade decorreu de uma busca incessante por resultados e pela idealização de um corpo considerado perfeito. Nesse contexto, os paradigmas históricos relacionados às pessoas com



deficiência, como a exclusão, segregação e integração, contribuíram significativamente para o fortalecimento do capacitismo no referido componente curricular.

Neste esteio a pesquisa de Fernando Jaime González evidencia que as práticas tradicionais da Educação Física, fortemente centradas no esportivismo, prevaleceram até os anos 1990 e, apesar de sua gradativa decadência, ainda persistem. Essas práticas favorecem os discentes mais habilidosos, excluindo aqueles que não se enquadram nos padrões esperados, em especial os alunos com deficiência. Tal ênfase no desempenho físico contribui para a perpetuação do capacitismo, reforçando a exclusão no ambiente educacional.

A crítica ao modelo tradicional é corroborada pela professora Suraya Cristina Darido em seu estudo “Relação entre teoria e prática”, que aborda o caráter alienante da Educação Física, onde o foco no “saber fazer” resulta na seleção dos mais capazes para práticas competitivas. Assim, os discentes que não atendem a esse padrão são excluídos, e o conhecimento sobre as diversas culturas corporais não é contemplado. Isso leva à invisibilidade das pessoas com deficiência, que são frequentemente excluídas das aulas e do acesso à cultura corporal do movimento.

Com efeito, quando o professor não oportuniza a acessibilidade e o discente é forçado a se adequar ou acaba excluído das atividades, há uma violação do princípio do “respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana”, o qual é esculpido no artigo 3º da CDPD (ONU, 2006).

Neste diapasão, Alves e Fiorini (2018) ressaltam a importância de adequar o currículo, as estratégias metodológicas e os critérios de avaliação no componente curricular de Educação Física. Deste modo, quando o professor não segue os princípios estabelecidos pela Convenção de Nova Iorque, especialmente o artigo 3º (ONU, 2006), nem assegura a acessibilidade prevista no artigo 9º e no Capítulo I da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), podem ser identificadas práticas capacitistas no referido componente.

Neste esteio, salienta-se que o professor deve adotar o desenho universal para efetivar o princípio da inclusão, conforme previsto no artigo 3º da CDPD (ONU, 2006). Contudo, ao realizar adaptações que não garantam a igualdade de condições, o docente pode incorrer em práticas capacitistas. Tal situação foi vivenciada inúmeras vezes por um dos autores desta pesquisa, que possui deficiência visual e, em diversas ocasiões, foi excluído das aulas de Educação Física, não participando das seleções esportivas ou sendo designado para atividades distintas daquelas realizadas por seus pares.



Portanto, ratifica-se que o capacitismo consiste em manifestações de discriminação que cerceiam o direito à igualdade de oportunidades. Entretanto, tal direito é assegurado pelo artigo 5º da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, que a Educação Física, enquanto disciplina com potencial inclusivo e transformador, tem a capacidade de reproduzir estruturas de exclusão, se não mediada por uma compreensão crítica e ativa do capacitismo. Para que se atinja uma verdadeira valorização da diversidade, é necessário que os docentes se engajem em uma análise consciente das dinâmicas de poder e exclusão, presentes no ambiente escolar, especialmente nas suas manifestações sutis no campo da corporeidade.

Evidencia-se que o capacitismo é uma estrutura de opressão sistêmica, enraizada na normatização dos corpos. Nesse sentido, o modelo social da deficiência emerge como uma ferramenta fundamental para a desconstrução de concepções arcaicas que vinculam deficiência a incapacidade. A barreira, portanto, não está na deficiência em si, mas nas limitações impostas por uma sociedade que perpetua padrões de funcionamento normativo, em detrimento da diversidade.

No ambiente escolar, especialmente nas aulas de Educação Física, as abordagens esportivistas e competitivas, se não revisadas, podem reforçar desigualdades já existentes. Dessa forma, o afastamento de alunos com deficiência das práticas corporais é reflexo de um currículo que ainda privilegia corpos e habilidades padronizadas. É imperativo que as práticas pedagógicas sejam repensadas, de modo a contemplar a multiplicidade de corpos e experiências, promovendo uma inclusão real, onde o reconhecimento das singularidades seja o ponto de partida.

Para tanto, a adoção de metodologias inclusivas, como o desenho universal para a aprendizagem, e a reformulação dos critérios avaliativos são estratégias essenciais para subverter essa lógica excludente. Assim, o compromisso com a acessibilidade não deve se restringir a ajustes físicos, mas deve contemplar também uma mudança cultural profunda, que desmonte os preconceitos e naturalizações que ainda permeiam o ambiente escolar.

Conclui-se, que para superar o capacitismo na Educação Física demanda uma transformação substancial das concepções pedagógicas e sociais que regem a educação. Somente por meio de um compromisso ético e coletivo com a inclusão, será possível



reconfigurar o espaço escolar em um lugar de reconhecimento, equidade e dignidade para todas as pessoas, independentemente de suas capacidades.

Palavras-chave: Capacitismo, Educação Física escolar, Pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.; FIORINI, J. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física:** adaptações curriculares e estratégias de ensino. Revista da Sobama, v. 19, n. 1, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351354563_Revista_Sobama_v191_2018>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Capacitismo:** o que é, como combater e por que é tão importante falar sobre o tema. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/capacitismo-o-que-e-como-combater-e-por-que-e-tao-importante-falar-sobre-o-tema#wrapper>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. **Using thematic analysis in psychology.** Qualitative Research in Psychology, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CAMPBELL, Fiona Kumari. “**InciPng Legal FicPons:** Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law.” Griffith Law Review, London, v. 10, n.1, p. 42-62, 2001.

DARIDO, Suraya Cristina. Relação entre ensinar a fazer e ensinar sobre o fazer na educação física escolar. In: ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DEL-MASSO, Maria Candida Soares (Org.). **Desafios da Educação Física Escolar:** temáticas da formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 100-120.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação Física Escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica. In: ALBUQUERQUE, Denise Ivana de Paula; DEL-MASSO, Maria Candida Soares (Org.). **Desafios da Educação Física Escolar:** temáticas da formação em serviço no ProEF. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 121-140.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Nova York: ONU, 2006.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability:** the basics. New York, NY: Routledge, 2018.